

ISSN 1519-4612

Universidade Federal Fluminense

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

UFF/ECONOMIA

Universidade Federal Fluminense

Faculdade de Economia

Rua Tiradentes, 17 – Ingá – Niterói (RJ)

Tel.: (0xx21) 2629-9699 Fax: (0xx21) 2629-9700

<http://www.uff.br/econ>

esc@vm.uff.br

Agroindústria Rural no Brasil: experiências bem e mal sucedidas

Carlos E. Guanzioli

TD 261
Abril/2010

RESUMO

Formas diferentes de agroindustrialização sempre existiram no Brasil e sempre funcionaram em consonância com a própria produção agrícola. Na maior parte dos casos trata-se de beneficiamento da própria produção, o que gera uma renda complementar da renda agrícola, não poderia existir se a atividade agrícola desaparecesse. O que tem evoluído no Brasil não é uma forma de agroindústria rural (ou turismo rural), independente ou autônoma em relação às atividades corriqueiras do produtor rural familiar. No texto mostram-se casos de agroindústria rural que teriam sido bem sucedidos, que são os tradicionais, ligados a atividade do produtor, e também mostramos as enormes dificuldades e limitantes que as políticas públicas têm enfrentado para implantar unidades autônomas de agroindústria rural artesanal, principalmente em suas variantes coletivas.

Palavras Chave: agroindústria rural, desenvolvimento rural.

1- Introdução

A questão da agroindústria vem sendo discutida nos últimos anos com base em descrições e análises do agronegócio empresarial de grande porte, tanto nas modalidades de integração horizontal (por contratos), como nas modalidades de mercados spot e de integração vertical.

Este tipo de agroindústria captou a atenção da maior parte dos pesquisadores por causa do sucesso evidente que teve e está tendo no Brasil e em outras partes do mundo.

Existem, no entanto, outras modalidades de agroindústria menos estudadas e que remetem mais a problemática do desenvolvimento rural e da agricultura familiar em particular. Estamos falando da chamada agroindústria rural, ou também conhecida como agroindústria artesanal.

Após as pesquisas do RurUrbano, do professor Graziano da Silva, ficou evidente que os agricultores familiares não poderiam depositar suas esperanças unicamente na produção agrícola já que esta atividade estaria contribuindo cada vez com menor parcela da renda rural das famílias e que, portanto, dever-se-iam buscar outras formas de gerar renda, como por exemplo através do beneficiamento da produção.

Na verdade, essa forma de agroindustrialização sempre existiu no Brasil e sempre atuou em consonância com a própria produção agrícola. Na maior parte dos casos trata-se de beneficiamento da própria produção, o que gera uma renda complementar da renda agrícola, mas que não poderia existir se a atividade agrícola desaparecesse. Ou seja, o que teria dado certo e evoluído no Brasil não seria uma forma de agroindústria rural (ou turismo rural) independente ou autônomo em relação às atividades corriqueiras do produtor rural familiar.

No texto que segue mostramos casos de agroindústria rural que teriam sido bem sucedidos, que são os tradicionais, ligados a atividade do produtor, e também mostramos as enormes dificuldades e limitantes que as políticas públicas têm enfrentado para implantar unidades autônomas de agroindústria rural artesanal, principalmente em suas variantes coletivas.

Surgem destas análises sugestões de políticas que permitam aperfeiçoar e, desta forma, viabilizar e expandir as agroindústrias rurais no Brasil.

Na primeira parte deste trabalho procura-se conceitualizar o tema da agroindústria rural, segue a isso uma quantificação do fenômeno no Brasil. Na terceira parte tenta-se classificar diferentes tipos de agroindústrias rurais, seguido por uma exposição de casos positivos ou de sucesso. No final destacam-se os limitantes e os problemas enfrentados pelas políticas públicas que tentaram incentivar a criação deste tipo de atividades com base na organização coletiva.

2- Agroindústria Rural: o que significa?

Como existem muitas caracterizações diferentes do termo acima, temos decidido criar um quadro que sistematiza algumas variáveis da agroindústria rural tais como: propriedade, gestão, mão-de-obra, tecnologia, matéria prima, escala.

Quadro 1: Elementos que compõem o conceito de Agroindústria Rural

Vetores de Desenvolvimento	Descrição da variável	Conseqüência
Propriedade	Dos Próprios agricultores familiares – produzem a matéria prima e a industrializam.	Verticalização da produção.
Gestão	Por agricultores familiares de forma individual ou associativa	Necessidade de Capacitação e assessoria técnica.
Mão de Obra	Das famílias envolvidas	Geração de Emprego
Tecnologia	Nível de sofisticação dos equipamentos utilizados, geralmente, não é muito elevado, com baixo nível de automatização.	Necessidade de desenvolver novas tecnologias e de equipamentos industriais com uma certa miniaturização, que favorecem também as pequenas agroindústrias.
Matéria Prima	Produzida pelos agricultores familiar ou comprada nas vizinhanças	Baixo Custo de transporte e maior qualidade.
Escala de Produção	Compatível com o número de pessoas que trabalham, ao tamanho dos equipamentos e das instalações e ao nível tecnológico adotado	O limite pode ser estabelecido pelo somatório da produção por sócio, desde que não ultrapasse a cinco vezes a produção individual prevista.

Fonte: Elaboração própria a partir de conceitos elaborados por Prezzoto (2002)

Como pode se observar acima, as agroindústrias rurais trabalham basicamente com a matéria prima produzida nos seus estabelecimentos, ou seja, não se constituem em unidades autônomas e independentes. A produção agroindustrial complementa a renda obtida na agricultura.

Por este motivo o seu estímulo, quase sempre, virá também do estímulo das atividades agrícolas propriamente ditas – como a produção de leite, de cana-de-açúcar, de mandioca, de frutas, de milho, de suínos, etc. –, dado que a produção da mesma é que será beneficiada e ou transformada pela indústria rural.

A partir desta conceitualização pode-se pensar também numa tipologia de agroindústrias familiares. Esta tipologia toma em consideração a relação do processamento de alimentos com a dinâmica da agricultura familiar, a relação com o mercado, a validação social ou legal da qualidade e sua vinculação com o saber intergeracional.

O quadro que segue, elaborado com base no trabalho de Guimarães e Silveira (2008) pode servir de ilustração sobre esta tipologia:

Quadro 2 : Tipologia de Agroindústrias Rurais

Tipo de Agroindústria Rural	Relação com Agricultura	Relação com mercado	Validação legal	Aspectos Culturais
Agroindústria Caseira	Sem equipamentos específicos	Prioridade consumo e vende excedente em mercados locais	Informalidade e nenhum controle sanitário	
Agroindústria Familiar Artesanal	Produtos típicos da culinária característica de determinada região	Direcionado ao mercado local/regional	Segue Boas Práticas de Fabricação (BPF), visando avançar na qualidade sanitária	Caráter artesanal do produto final, ligado a um saber intergeracional.
Agroindústria Familiar de Pequeno Porte	Agroindústria convencional de pequena escala, surgem como oportunidade de renda para uma família ou grupo de famílias	Mercados regionais e ou nacionais	Parâmetros são os mesmos das grandes indústrias, em termos de controle sanitário	Não há nenhum saber fazer específico a ser valorizado, mas um saber fazer apreendido na área de tecnologia de alimentos.

Fonte: Elaboração própria com base no trabalho de Guimarães e Silveira (200..)

Outros autores (Prezzoto, 2002) usam denominações semelhantes para identificar o modelo de agroindustrialização descentralizado e de pequeno porte, como: pequena agroindústria, agroindústria familiar, pequeno estabelecimento de industrialização de alimentos, agroindústria de pequena escala, agroindústria caseira e agroindústria artesanal.

Mas o quadro acima revela que existem pelo menos 3 tipos de agroindústrias: as caseiras, que não respeitam a legislação sanitária e produzem só para consumo, as artesanais que são as que incorporam o saber familiar e tradicional e buscam formas de se adequar as necessidades de qualidade, e as pequenas indústrias, que são quase iguais as grandes, diferenciando-se apenas pelo tamanho.

3- Importância Relativa da Agroindústria Rural no Brasil.

Analisar a importância social e econômica que esta indústria rural tem para o país é fundamental entender para que ela seja tratada como uma especificidade importante para o desenvolvimento do espaço rural e não apenas como algo excepcional ou estranho dentro do espaço agrícola.

Flores (2002) mostra, com base no Censo Agropecuário 1995-96 do IBGE, que as atividades relacionadas à indústria rural estão presentes em, pelo menos, 18,26% (887.411 em 4.859.865) do total dos estabelecimentos.

Os produtos que apresentam uma maior presença são a farinha de mandioca, o queijo e o requeijão. Estes produtos estão presentes em 13,45% e 7,38%, respectivamente, dos estabelecimentos agropecuários brasileiros (Coluna 3 da Tabela 1).

Tabela 1 - Principais Produtos da Indústria Rural Brasileira e Contribuição Média para a Receita Monetária nos Estabelecimentos até 100 hectares. 1995-96

Produtos (1)	Informantes		Quantidade (T)			Contribuição Média à Receita Monetária nos estab. < 100 ha ** (7)
	Número (2)	% * (3)	Produzida (4)	Vendida (5)	(5) / (4) % (6)	
Açúcar	31.129	0,64%	19.831	16.280	82,09%	R\$ 76,08
Aguardente de Cana	21.765	0,45%	106.980	93.953	87,82%	R\$ 1.793,89
Aguardente de Frutas	275	0,01%	107	53	49,77%	R\$ 198,73
Aguardente de Uva	927	0,02%	341	48	14,16%	R\$ 54,17
Álcool de Cana	377	0,01%	4.865	4.683	96,26%	R\$ 906,52
Apara de Mandioca	6.166	0,13%	4.613	1.205	26,13%	R\$ 25,55
Azeite de Dendê	1.515	0,03%	2.926	2.853	97,48%	R\$ 736,42
Canjica de Milho	3.100	0,06%	355	56	15,87%	R\$ 6,87
Canjiquinha de Milho	950	0,02%	687	18	2,67%	R\$ 4,56
Carimã de Mandioca	1.814	0,04%	1.859	899	48,38%	R\$ 305,38
Carne de sol e outras	27.438	0,56%	3.622	808	22,30%	R\$ 67,73
Coalhada de Leite	4.329	0,09%	1.243	414	33,33%	R\$ 73,36
Compotas de Frutas	10.304	0,21%	1.468	441	30,04%	R\$ 41,92
Couros e Peles	48.279	0,99%	1.777	1.387	78,03%	R\$ 28,08
Creme de Leite	23.064	0,47%	6.506	824	12,67%	R\$ 29,22
Doce de Leite	7.549	0,16%	2.994	2.697	90,07%	R\$ 594,53
Embutidos	112.813	2,32%	9.477	2.542	26,83%	R\$ 66,79
Farinha de Mandioca	653.739	13,45%	1.478.979	1.123.292	75,95%	R\$ 592,99
Frutas Cristalizadas	699	0,01%	336	253	75,47%	R\$ 573,51
Fubá de Milho	75.681	1,56%	56.369	5.793	10,28%	R\$ 17,75
Fubarina de Milho	807	0,02%	813	520	63,93%	R\$ 155,49
Fumo em Rolo ou Corda	26.356	0,54%	18.843	17.379	92,23%	R\$ 1.029,96
Garapa de Cana	2.604	0,05%	3.673	2.263	61,61%	R\$ 328,23
Geléia de Frutas	18.245	0,38%	1.217	419	34,39%	R\$ 28,48
Licor de Frutas	418	0,01%	94	49	51,56%	R\$ 95,44
Manteiga	82.568	1,70%	6.516	4.126	63,32%	R\$ 73,39
Massa de Mandioca	2.601	0,05%	1.618	1.116	68,99%	R\$ 163,78
Melado	69.412	1,43%	20.682	9.513	46,00%	R\$ 68,07
Outros Produtos	72.278	1,49%	74.327	42.166	56,73%	R\$ 194,97
Pasta de Frutas	15.663	0,32%	4.373	3.073	70,27%	R\$ 119,53
Polvilho de Mandioca	87.910	1,81%	40.749	24.399	59,88%	R\$ 140,58
Queijo e Requeijão	358.619	7,38%	202.262	162.983	80,58%	R\$ 867,91
Rapadura	56.645	1,17%	79.267	67.454	85,10%	R\$ 491,05
Suco de Uva	1.852	0,04%	360	125	34,74%	R\$ 68,66
Tapioca de Mandioca	18.421	0,38%	7.297	4.964	68,02%	R\$ 285,48
Tiquira de Mandioca	1.568	0,03%	990	699	70,60%	R\$ 293,94
Vinagre de Cana	298	0,01%	81	11	13,93%	R\$ 16,28
Vinagre de Uva	5.895	0,12%	924	204	22,03%	R\$ 22,95
Vinho de Frutas	1.423	0,03%	906	367	40,56%	R\$ 143,24
Vinho de Uva	19.906	0,41%	25.363	10.424	41,10%	R\$ 259,72
Xarope de Açai	16.085	0,33%	17.312	208	1,20%	R\$ 6,73
Geral	-	-	-	-	-	R\$451,58

* Número de estabelecimentos que informaram desenvolver esta atividade dividido pelo número total de estabelecimentos.

Fonte: extraído de Flores (2002)

Outras tabelas que figuram no texto acima citado, mostram a seguinte situação (presença de agroindústrias) em termos de grandes regiões: Norte - farinha de mandioca (40,04%); Sul - queijo e requeijão (18,82%) e embutidos (10,82%); Nordeste - farinha de mandioca (18,01%); e Centro-Oeste - queijo e requeijão (12,73%). A exceção é a

região Sudeste onde o produto que apresenta maior percentual de presença é queijo e requeijão com 8,47%.

Em termos estaduais, os maiores percentuais ocorrem nos Estados do Amazonas e Pará onde a produção de farinha de mandioca ocorre em 67,41% e 48,02% dos estabelecimentos. Apenas nos estados do E. Santo, R de Janeiro, S. Paulo e M Grosso, nenhum produto atinge presença superior a 10%. Os estados que apresentam uma maior diversidade de atividades de indústria rural são: R G do Sul, S Catarina, Piauí, M Gerais e Ceará.

Segundo Flores (op cit) a “contribuição média das atividades relacionadas à indústria rural para a receita monetária dos estabelecimentos informantes dos estratos inferiores a 100 hectares foi de R\$451,58 (última linha da coluna 7 da Tabela 1). As atividades com as maiores contribuições são: aguardente de cana, R\$1.793,89; fumo em rolo ou corda, R\$1.029,96; álcool de cana, R\$ 906,52; queijo e requeijão, R\$867,91; azeite de dendê, R\$736,42; doce de leite, R\$594,53; farinha de mandioca, R\$592,99; frutas cristalizadas, R\$573,51; e rapadura, R\$491,05” (pp 12). Em geral, os produtos da indústria rural com maior contribuição para a receita monetária são aqueles com maior percentual da produção destinada aos mercados.

Em síntese, a importância econômica das atividades ligadas à indústria rural é bastante expressiva em termos de sua contribuição para a renda monetária, do percentual da produção de matérias-primas que é transformada e do percentual de estabelecimentos que informaram desenvolver estas atividades.

Verifica-se assim que a indústria rural tem importante contribuição a dar para o desenvolvimento do espaço rural, particularmente naquelas regiões onde fatores estruturais diversos reduzem a competitividade da produção voltada diretamente para o mercado de atividades tradicionais como produção de arroz, milho e feijão.

3- Agroindústrias Rurais sem intervenção governamental e bem sucedidas.

Existem no Brasil inúmeras experiências bem sucedidas de agroindústrias rurais que surgiram e evoluíram de forma natural e espontânea sem maior intervenção governamental. Tal vez o caso mais emblemático neste sentido seja a região conhecida como “Oeste Catarinense”.

Esta região se notabilizou por ser pioneira no estabelecimento do sistema de integração agroindustrial entre grandes agroindústrias e a agricultura família. Este sistema implantado pela Sadia nos anos 70 surgiu pelas necessidades coincidentes de dois setores: uma estrutura de pequenos agricultores familiares que não tinha terra suficiente para uma exploração agrícola em escala e que ademais se localizava em áreas montanhosas pouco propícias para a lavoura em grande escala, e uma estrutura industrial que precisava fugir dos compromissos de uma folha salarial permanente e custosa, na parte de produção de frangos.

A Sadia (e a Perdigão) entrega ao produtor os pintos, as vacinas, a ração e o aviário e dão assistência técnica e, o agricultor familiar se encarrega de tratar dos animais até o momento prévio ao abate (40 dias aproximadamente). Nesse momento a Sadia recebe os frangos e desconta da Nota fiscal: os valores adiantados e uma quota pela amortização do aviário. Sobra para o agricultor uma renda estável todo mês e o esterco de galinha, que ele venderá para a agroindústria de cítricos de São Paulo. A vantagem para a Sadia e ver-se liberada de risco de pragas, de folha salarial e cargas trabalhistas, e o que é mais importante, de conflitos trabalhistas que antes acostumavam interromper todo o fluxo produtivo cada vez que havia uma greve.

Este sistema permitiu que crescesse na região o maior complexo de produção, abate e transformação de carne suína e de aves do Brasil e América Latina.

Além da produção integrada de frango, Mior (2008) revela que há uma grande quantidade de outros produtos e tipos de produtores envolvidos na indústria de transformação rural como é chamada pelo IBGE. Mais de 80% do valor da produção da indústria rural de Santa Catarina foi produzido por estabelecimentos agropecuários com menos de 50 hectares, o que denota a importância desta atividade para a agricultura familiar. No caso do processamento do leite, dos 59 mil produtores de queijo e requeijão, havia, em 1995, mais de 21 mil que comercializavam estes derivados. A análise da evolução por produto indica a dinâmica distinta entre os derivados de leite (queijo e requeijão), embutidos de suínos (salame e lingüiça) e de cana-de-açúcar (melado) (Mior, 2008, pp 12). Outro dado importante que distingue as cadeias de suínos e de leite, além do número de produtores, é a participação da produção de queijo e requeijão colonial no total de queijos do estado quando comparado a de embutidos de suínos. Em 1995 a produção de queijo e requeijão nas propriedades rurais do estado alcançou 13 mil toneladas, o que praticamente equivale ao total de queijo produzido pela agroindústria convencional. No processamento de carne suína, pelo contrário, a produção de embutidos nas propriedades rurais, de 2 mil toneladas, é insignificante perto da produção industrial de derivados.

Tabela 1: Produtos transformados ou beneficiados nos estabelecimentos agropecuários de Santa Catarina (1995).

Produto transformado ou beneficiado	Produtores Nº	Quantidade Produzida (t)	Produtores que vendem No.	Quantidade Vendida (t)	Valor da Produção (mil R\$)	Participação no VBP (%)
Carne verde de bovinos	80.802	21.743	2.579	4.412	32.037	27,5
Carne verde de suínos	108.451	22.233	1.815	3.204	26.175	22,5
Embutidos (lingüiça/salame ..)	20.398	2.002	483	659	5.996	5,1
Banha	94.760	9.119	2.176	578	6.144	5,3
Queijo/requeijão	59.741	13.837	21.376	8.918	33.021	28,4
Manteiga	15.864	557	2.049	201	1.040	0,9
Farinha de mandioca	3.918	11.115	786	8.978	3.660	3,1
Melado	12.172	4.076	891	2.714	2.745	2,4
Arroz em grão	32.946	9.046	170	1.334	3.095	2,7
Fumo (em rolo ou em corda)	821	718	585	588	1.507	1,3
Fubá de milho	17.058	3.183	81	228	1.034	0,9
Vinho de uva	2.672	2.591	220	1.291	1.535	1,3
Total	-	100.220	33.211	33.105	116.454	100,0

Fonte: Censo Agropecuário do Ibge 1995/96

Fonte: Extraída da Mior (2008)

A tabela acima, elaborada por Mior (2008) mostra que a cadeia de suínos, em que o número de agricultores que produziam embutidos aumentou de 35 mil, em 1975,

para 41 mil em 1985, e depois diminuiu para 17 mil, em 1995. Possivelmente, os números refletem o impacto crescente da industrialização convencional sobre a produção artesanal. Já no caso do leite, a redução do número de produtores de queijo e requeijão da década de 80 para a de 90 foi pequena (de 41 mil para 33 mil) e o volume da produção diminuiu pouco (de 7 para 6 mil toneladas).

Segundo Mior (2008) o processo espontâneo de surgimento de agroindústrias as vezes começa pela mulher do agricultor. No passado não muito distante a tendência do agricultor para o comércio e o processamento era vista com um aspecto negativo para o bom exercício da profissão de agricultor na medida em que priorizaria a esfera da comercialização (do negócio) em detrimento da esfera da produção (trabalho). Hoje a comercialização passa a ser condição *sine qua non* da realização da produção da agroindústria e a característica pessoal da pessoa envolvida nisso está sendo revalorizada na região.

4- Impactos Positivos de Agroindústria Rural Induzida Por Governos.

Uma das principais experiências bem sucedidas na indução de processos de beneficiamento da produção por instancias governamentais foi implementada no Distrito Federal. A Secretaria de Agricultura local formulou e executou, no período 95/98, o PROVE (Programa de Verticalização da Pequena Produção Familiar). Este programa, quando de sua implantação, tinha como principal objetivo viabilizar a verticalização da produção de pequenos produtores de base familiar como forma de gerar renda e emprego no campo. Procurava-se viabilizar as condições técnicas, econômicas e financeiras que permitissem aos agricultores familiares construir suas agroindústrias e comercializarem a sua produção.

Segundo Flores (2003) os resultados obtidos pelo PROVE, em termos de geração de emprego - surgimento de 300 pequenas agroindústrias de base familiar, gerando 7.400 empregos, dos quais 2.400 diretos - e renda, foram considerados satisfatórios. No entanto, os críticos ao programa procuram salientar que para que estes resultados fossem atingidos foi necessário um nível elevado de subsídios.

Este autor afirma que “ como, em geral, estes produtores estão descapitalizados, não têm acesso ao crédito rural e à assistência técnica, não têm conhecimentos de técnicas modernas de gestão, não dominam técnicas de conservação e embalagem da produção, estes incentivos adotados pelo PROVE são considerados fundamentais para a viabilização da atividade de indústria rural nas unidades familiares. Mesmo sendo baixos os investimentos iniciais, e estando os insumos disponíveis nas unidades produtivas, este apoio é, quase sempre, fundamental” (pp10).

Em Minas Gerais foi criado outro projeto, denominado Selo Azul (ver Flores 2003), cujo principal objetivo é retirar da clandestinidade a agroindústria artesanal mineira. Este projeto procura promover a normatização, certificação e garantia de qualidade da produção artesanal dos produtos, como cachaça, lingüiça, queijo e doces, os quais são arraigados na tradição mineira, visando aumentar o valor da produção e reduzir os seus custos.

Com base em Valdemar (2008) os principais efeitos das experiências bem sucedidas de agroindustrialização rural podem se sintetizar da seguinte maneira:

- **Elevação/complementação da renda familiar no meio rural:**

Segundo Mior (2008) a renda das famílias envolvidas no processamento de alimentos melhorou significativamente em Santa Catarina após a implantação das agroindústrias. Na região oeste-catarinense, o número de agricultores que ganhavam mais do que três salários mínimos mensais passou de 7,4% para 48% após a fundação do empreendimento. E, dos agricultores que possuíam entre um e três salários mínimos subiu de 37% para 51,9% após a implantação da unidade de transformação para fins mercantis.

- **Redução da vulnerabilidade econômica dos agricultores familiares**

Outra pesquisa realizada com as agroindústrias familiares em todo o Estado do Rio Grande do Sul (Weisz, 2008), 60% das famílias que possuem o processamento da produção para venda apontam justamente para a melhoria da renda como o principal fator proporcionado pela agroindustrialização.

- **Descentralização da produção e das fontes de renda**

No oeste paranaense 72,5% das propriedades com agroindústrias têm até 20 hectares e 80% continuaram com a mesma quantidade de terra a partir da industrialização da produção nos domicílios. Resultados semelhantes são encontrados na região da central do Rio Grande do Sul, onde a maioria das propriedades tem menos de 20 hectares enquanto que os módulos rurais da região (op cit)

- **Ocupação e geração de emprego no meio rural Redução do êxodo rural**

No Rio Grande do Sul, tendo por base as 1.528 agroindústrias pesquisadas, 77% dos empreendimentos tiveram a família como a responsável pela transmissão do conhecimento das formas de produção e processamento e 38% tiveram os cursos técnicos como responsável (op cit). Em Santa Catarina, com base em 1.116 agroindústrias, 53% tiveram o aprendizado unicamente pela família e em 20% dos casos se conciliou o conhecimento familiar com o proporcionado pelos cursos . Portanto, na maior parte dos casos, as mercadorias produzidas nesses espaços acabam sendo reflexos dos conhecimentos que são herdados junto com o patrimônio familiar (“de pai para filho”).

Flores (2003) também números expressivos de geração de emprego direto, medido em termos de equivalente/homem/ano, para atividades selecionadas: mandioca – 429.113 EHA, leite – 59.725 EHA, fumo – 17.199 EHA; e cana-de-açúcar – 6754 EHA.

Valdemar (2008) revela que nas agroindústrias rurais, no intuito de baixar seus custos, geralmente são as próprias famílias os agentes responsáveis pela comercialização dos produtos finais, diminuindo de forma significativa o número de intermediários. Uma pesquisa na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, que compreende o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, apontou que em 80% dos casos a comercialização é feita por um membro da agroindústria.

No Rio Grande do Sul, das 1.528 agroindústrias identificadas no censo, mais de 60% efetivavam a comercialização dos produtos diretamente com os consumidores,

46% através dos estabelecimentos comerciais na sua maioria localizados nos municípios e 27% através das feiras.

No Oeste Catarinense 130 agroindústrias familiares geravam 1.040 postos de trabalho diretos (sendo que 650 eram ocupados pelos próprios agricultores) e mais 2.600 indiretos, obtendo uma remuneração média por empregado de mais de R\$ 300,00 por mês em 2001. Nesse contexto, a média de mão-de-obra detida diretamente por agroindústria superou as 8 pessoas por agroindústria. No Rio Grande do Sul, tendo por base os 1.528 empreendimentos, a média de postos de trabalho por agroindústria chegou a 4,72, sendo que 3,51 pertenciam ao próprio núcleo familiar e 1,21 eram trabalhadores contratados (Mior 2008).

Outro estudo que congregou os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul mostrou que das 76 agroindústrias analisadas, 52% utilizavam somente mão-de-obra familiar, quanto que as demais conciliavam trabalhadores do grupo doméstico e contratados de fora da região (Valdemar, 2008).

- **Mudanças nas relações de gênero**

Nas agroindústrias familiares, a organização e a divisão das tarefas dentro do grupo familiar tem acontecido com a inclusão de todos os membros do domicílio nas atividades de beneficiamento da produção. Mior (2005, p. 199) adverte que “não é somente na comercialização que a importância da mulher agricultora ganha relevo, pois a esfera da produção da agroindústria familiar também reserva um lugar extremamente importante para sua ação”. Isso porque, a tradição artesanal na confecção de produtos por parte da mulher marca em muitos casos o ponto de partida para a ampliação da atividade em termos de escala e rearranjo do trabalho na propriedade.

5- Limitantes e Entraves enfrentados pelas agroindústrias rurais

Um dos principais problemas enfrentados pelas agroindústrias rurais artesanais ou semi-profissionais é incapacidade em se adaptar as exigências sanitárias previstas na legislação.

Segundo Mior (2008) para caracterizar a “qualidade ótima” existiriam os seguintes aspectos a serem contemplados: ecológico, o social, o cultural e a aparência.

O aspecto ecológico se refere às características do processo da produção da matéria prima e da industrialização dos produtos, buscando-se conseqüências mais favoráveis para a saúde dos consumidores e para o meio ambiente. No processo de produção primária, podem ocorrer contaminações da água, do ar ou do solo, ocasionadas por dejetos e/ou por resíduos de produtos tóxicos.

O uso de conservantes sem critérios técnicos claros, pode ser questionado à medida que muitos deles, convencionalmente usados na produção dos alimentos, podem prejudicar a saúde dos consumidores. Mior (op cit) diz que poderia haver requisitos de informação obrigatória como, por exemplo, o sanitário, o legal, o nutricional e o ecológico e outros que podiam ser considerados de informação não obrigatória ou opcional como, por exemplo, o cultural, o social, a aparência e a facilidade de uso, que podem ser considerados como de qualidades não obrigatórias.

Diesel ET AL (2008) também mostra que para alguns desses atores as exigências sanitárias podem significar dificuldades para a consolidação da agroindústria rural. Dentre estes fatores, pode-se citar como fundamental a incompatibilidade da escala de produção das agroindústrias familiares com as exigências dos grandes circuitos de mercado, pautados pela padronização e regularidade no fornecimento.

Para que esses investimentos em sanidade sejam feitos é fundamental resolver os entraves em termos de disponibilidade de matéria-prima, mão-de-obra e capital, carência de equipamentos e instalações apropriados a escala desejável, a falta de organização política, administrativa e comercial, pouca disponibilidade de infraestrutura pública, a inadequação e o desconhecimento das legislações sanitárias, fiscal e tributária.

Diesel (op cit) explica que em “decorrência das restrições à legalização, verifica-se a manutenção da produção artesanal de alimentos na informalidade”, pp 23.

Paradoxalmente o próprio movimento que leva as agroindústrias familiares à padronização dos produtos, através do atendimento de requisitos legais vigentes, acaba com um dos ingredientes fundamentais que interessa ao turismo rural, que é o produto diferenciado.

Hoje, percebe-se que há uma ameaça de descaracterização desta produção artesanal pela adoção de processos industriais de produção exigidos na legislação sanitária vigente.

No entanto, na Quarta Colônia de Rio Grande do Sul teria se conseguido uma espécie de certificação ou um selo de qualidade chamada de “Sabor Gaúcho” que permitiu a qualificação e re-estruturação da produção artesanal para atender as exigências sanidade . A partir disso teria havido uma grande adesão em favor da proposta de implantação de agroindústrias familiares, gerando grande número de unidades de produção em diferentes estágios tecnológicos e em situações diversas em relação ao cumprimento de requisitos legais.

Segundo Diesel (op cit) “Tal fato permite afirmar que investimento em marcas locais com um sistema de certificação da qualidade, apoiado em uma estratégia de marketing pode significar a potencialização desta atividade”.

Em outras regiões, como no Nordeste, no entanto, os programas de agroindustrialização rural promovidos por instancias governamentais não teriam dado tão certo. Segundo avaliação realizada pela FECAMP em 2004: “ *A maioria dos projetos de agroindústrias fracassou porque demandam maior capacidade de gestão, são mais complexos por demandarem conhecimentos de gestão da produção e da comercialização. O fracasso se deve não apenas à ausência dessas capacidades, como também à dificuldade de se conquistar uma estrutura organizacional coletiva para operar uma verdadeira empresa, como qualquer negócio em um ambiente de mercado competitivo* “ (pp 93).

Gestão Cooperativa na Cadeia do Caju no Nordeste

São conhecidos os benefícios que o associativismo pode proporcionar aos produtores rurais, cabendo destacar:

- Facilitar o acesso ao crédito.
- Permitir a incorporação de meios e técnicas mais eficazes de produção indispensáveis à eficiência das explorações.
- Contribuir para a redução de custos na aquisição de insumos, máquinas e equipamentos agropecuários.
- Induzir à integração entre as diversas etapas do processo produtivo, da comercialização e do processamento.
- Possibilitar o aumento da produção e da produtividade.
- Favorecer ganhos de eficiência na etapa de comercialização da produção, com o conseqüente aumento e apropriação de renda pelo produtor.

Para que isto possa acontecer é necessário que a cooperativa tenha um alto nível de administração e gerenciamento, inibindo o caráter meramente assistencialista ou paternalista. Acima de tudo, as empresas cooperativas devem ser competitivas e atraentes para seus associados. A garantia de que a competitividade seja atingida pressupõe que algumas dificuldades sejam superadas como a baixa acumulação de capital, o investimento em tecnologia e a competitividade de seus produtos por meio de ganhos de escala e qualidade.

Contudo, a prática do associativismo encontra ainda uma série de obstáculos que entravam o seu desenvolvimento, dentre os quais podem se destacar:

- Carência de pessoal qualificado para gerir as sociedades e para as múltiplas atividades necessárias ao desenvolvimento das cooperativas.
- Inadequação da política de crédito por parte da maioria dos bancos.
- Falta de conhecimento, por parte dos produtores rurais, dos reais objetivos da cooperativa e do exato papel a ser desempenhado por essas entidades.
- Baixa capacidade de poupança dos associados para capitalização de suas cooperativas nos níveis necessários.
- Ineficientes ações de capacitação para associados, dirigentes e funcionários.
- Falta de entrosamento entre os órgãos que, direta ou indiretamente, atuam no associativismo.
- Incipiente integração cooperativista.

Considerável proporção das cooperativas agropecuárias que trabalham com castanha de caju no Nordeste enfrenta os problemas listados anteriormente. Nesse sentido, várias dessas cooperativas encontram-se atualmente endividadas e inadimplentes, estando impossibilitadas de operar com o sistema financeiro.

As que se dedicaram apenas à comercialização, e contrataram pessoal temporário para a época de pico da atividade, possuem agora maiores chances de sobrevivência. Cabe assinalar que uma delas, a Coopercaju, beneficia-se de um acordo de comercialização baseado no comércio justo com uma ONG suíça, que paga um preço superior ao que se paga no mercado internacional, mas impõe rígidos padrões de qualidade, regularidade e gestão. Mesmo assim, essa cooperativa também passa por dificuldades financeiras por acordos não cumpridos com a CONAB e com a Fundação Banco do Brasil.

O nascimento, evolução e amadurecimento do associativismo deve ser um processo gradual de conquista de confiança e solidariedade entre pessoas e ou grupos familiares que não deve ser imposto de forma abrupta ou incentivado exageradamente, sob pena de abortar esse processo antes que frutifique.

A evolução favorável do cooperativismo encontra-se em risco por todos os fatores enunciados acima. Deve-se avaliar se esta é ou não uma forma de produção que deva ser incentivada no futuro ou se devem ser privilegiadas, por enquanto, as mini-fábricas de gestão familiar, que aparentemente são mais eficientes, até que haja real avanço do cooperativismo na região.

(Extraído do Estudo IICA/BNB sobre a Cadeia do Caju, 2008)

Existem casos em que ocorre aprendizado, mas sempre surgem problemas administrativos, cuja solução nem sempre atende os anseios da comunidade. *“Em primeiro lugar, encontra-se a dificuldade de administrar a participação da comunidade nos esforços de trabalho e na distribuição dos resultados financeiros. Tem se tornado uma tarefa complexa a construção de um sistema aceitável de remuneração por esforço. O comportamento oportunista por parte de alguns leva ao descontentamento e à desintegração do grupo. Esse tipo de comportamento é típico em tentativas de organização coletiva em comunidades que não possuem essa tradição. Não há mecanismos culturais de punição ou estímulo, ou ainda, não se consegue criar arranjos institucionais (formais ou informais, culturais) que possam inibir comportamentos do tipo oportunista. em segundo lugar, existe resistência por parte das comunidades em aguardar a natural maturação dos projetos produtivos. Esse problema está relacionado às próprias necessidades básicas e imediatas dos pobres, que exigem soluções no curto prazo”* (pp 94).

Assim, muitas famílias abandonam o projeto e, ao final, apenas algumas assumem a gestão, o trabalho e os benefícios. Em geral, formam-se grupos pequenos, porém mais coesos, determinados por laços de parentesco ou por uma liderança forte. Isso não significa que apenas um pequeno grupo se beneficia, pois o crescimento econômico desse pode gerar efeitos indiretos e positivos para os demais membros da comunidade, seja na forma de criação de postos de trabalho seja pela compra de seus produtos.

Outros projetos não têm a mesma sorte e são completamente paralisados.

Os casos de sucesso demonstram que a relação custo-benefício para projetos comunitários, com base em pequenos grupos, é mais elevada. Esses projetos são mais sustentáveis do que projetos coletivos grandes que fracassam por inadequação ao processo de gestão e acabam tendo benefício nulo. Algumas comunidades conseguiram adaptar o projeto ao seu perfil cultural e lograram evitar um fracasso total. A característica principal desses projetos encontra-se muitas vezes na sua simplicidade, que se adapta à tradição local de gestão individual e baixo nível de capacitação e escolaridade dos beneficiários.

6- Conclusão

Conforme se viu acima a agroindustrialização rural sempre existiu no Brasil e sempre atuou em consonância com a própria produção agrícola. Na maior parte dos casos trata-se de beneficiamento da própria produção, o que gera uma renda complementar da renda agrícola, mas que não poderia existir se a atividade agrícola desaparecesse. Ou seja, o que teria dado certo e evoluído no Brasil não seria uma forma de agroindústria rural (ou turismo rural) independente ou autônomo em relação às atividades corriqueiras do produtor rural familiar. As agroindústrias rurais trabalham basicamente com a matéria prima produzida nos seus estabelecimentos, ou seja, não se constituem em unidades autônomas e independentes. A produção agroindustrial complementa a renda obtida na agricultura.

Viu-se também que existem agroindústrias rurais de três tipos, as artesanais para autoconsumo, as modernas que respeitam a legislação sanitária mas que mantêm os atributos tradicionais de saber e qualidade e as que são pequenas mas atuam de forma parecida as grandes, com níveis de padronização da produção elevados.

As agroindústrias tradicionais estão presentes em 20% das propriedades e processam principalmente mandioca, leite, queijos, vinhos e cachaça, sendo no Sul do país onde teriam tido maior sucesso. No Rio grande do Sul,Paraná e Santa Catarina encontram-se inúmeros casos no quais houve considerável geração de emprego, aumento da renda família com melhora nas relações de gênero. No Nordeste, entretanto, o sucesso teria sido menor, sobre tudo nas experiências que foram aceleradas por políticas públicas ineficazes.

O nascimento, evolução e amadurecimento do associativismo deve ser um processo gradual de conquista de confiança e solidariedade entre pessoas e ou grupos familiares que não deve ser imposto de forma abrupta ou incentivado exageradamente, sob pena de abortar esse processo antes que frutifique. O principal problema que deve ser resolvido antes de incentivar essas agroindústrias coletivas e ou individuais é a carência de pessoal qualificado para gerir as sociedades e para as múltiplas atividades necessárias ao desenvolvimento das cooperativas.

Os casos de sucesso demonstram que a relação custo-benefício para projetos comunitários, com base em pequenos grupos, é mais elevada. Esses projetos são mais sustentáveis do que projetos coletivos grandes que fracassam por inadequação ao processo de gestão e acabam tendo benefício nulo.

Trata-se, portanto de incentivar processos de capacitação em gestão, aprendizado tecnológico e estudos de mercado que permitam viabilizar a agroindustrialização nas regiões mais pobre do país onde ela pode colaborar com a geração de emprego e renda, sempre que bem concebidas e treinadas previamente.

BIBLIOGRAFIA

Diesel, V Et Al (2008); “ *As Agroindústrias Rurais Tradicionais E O Turismo Na Quarta Colônia-Rs: Interfaces E Sinergias*” In Iv Congreso Internacional De La Red Sial, Mar Del Plata, Octubre 2008.

FECAMP, 2004: “*Projeto de Combate à Pobreza Rural Projeto São José Estado do Ceará Projeto São José Funcionamento e Resultados Imediatos.*” Relatório de Consultoria Técnica Versão Preliminar Para Discussão Interna.

Flores F. Fernandes Filho & F. R. Campos (2002) “*A Indústria Rural no Brasil*”. IN Revista Economia e Sociologia Rural da SOBER, março de 2002.

Guanziroli, C, Meirelles, H (2008): “*Estudo Da Cadeia Produtiva Do Caju E Validação De Metodologia Para Acompanhamento Dos Sistemas Agroindustriais*”. BNB/IICA.

Guimarães Gisele Martins (2008) : “ *Por Trás Da Falsa Homogeneidade Do Termo Agroindústria Familiar Rural: Indefinição Conceitual E Incoerências Das Políticas Públicas*” in IV Congreso Internacional de La Red SIAL, Mar Del Plata, Octubre 2008.

Mior, L.C (2008) : “*Trajetórias Das Agroindústrias Familiares Rurais No Estado De Santa Catarina (Brasil)*” in IV Congreso Internacional de La Red SIAL, Mar Del Plata, Octubre 2008.

Prezotto, Leomar Luiz (2002): “*Qualidade ampla: referência para a pequena agroindústria rural inserida numa proposta de desenvolvimento regional descentralizado*” (Publicado: PREZOTTO, L. L., In LIMA, Dalmo M. de Albuquerque e WILKINSON, John (Org.) Inovações nas tradições da agricultura familiar. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002. p285-300.)

Wesz Valdemar João Junior ET AL (2008): “Os reflexos das agroindústrias familiares para o desenvolvimento das áreas rurais no Brasil”, in IV Congreso Internacional de La Red SIAL, Mar Del Plata, Octubre 2008